

GES
PCP

G

29/3/74
TERRA

ÓRGÃO DE UNIDADE DOS CAMPESES DO NORTE

Nº 55 — 2ª SÉRIE FEVEREIRO DE 1974 PREÇO \$50

Estrondosa vitória do povo de Talhadas

O dia 4 de Fevereiro ficará na memória do povo de Talhadas do Vouga e de toda a região serrana como a data duma grande, duma estrondosa vitória! Depois duma luta bem longa e bem dura contra os Serviços Florestais e as autoridades fascistas, estes vieram a Talhadas reconhecer oficialmente a legalidade das reivindicações do povo à posse dos seus baldios.

O governo fascista e os seus lacaios dos Serviços Florestais foram vencidos pela força da unidade e pela teimosa tenacidade do povo serrano que, contra todas as ameaças e todas as manobras dos fascistas levou a luta para a frente, sem desistir de arrancar-lhes os baldios que eram muito seus.

As autoridades fascistas do distrito de Aveiro e os mandões dos Serviços Florestais foram obrigados finalmente a vir ali mesmo, à freguesia de Talhadas, assinar as actas do acordo que reconhece aos camponeses da freguesia os seus justos direitos aos baldios e à administração das matas nas áreas reivindicadas. Como sempre, os fascistas tentaram mascarar a sua derrota «virando o bico ao prego» e fizeram lindos discursos fingindo ter «oferecido» aquilo que só pela força da luta do povo, e bem dificilmente, este lhes tinha conquistado. Não foi para agradecer ao «senhor» Governador Civil nem aos ladrões dos S. F. que os camponeses de toda a região se concentraram na sede da Junta de Freguesia. Foi, sim, para celebrarem e saborearem juntos a grande alegria da vitória que, todos juntos, tinham conseguido!

Nas faces daquela gente serrana, vindas por uma vida de trabalho e privações,

não era o agradecimento humilde que se via, não! Ouviam os lindos discursos daqueles que tudo tinham feito para os roubar, enganar e fazer desistir da luta, e pensavam nas ladroagens, injustiças, muitas e prepotências dos engenheiros e guardas dos S. F. que tinham suportado durante tantos anos.

Pensavam em tudo o que tinham feito para recuperar os seus baldios: reuniões de todo o povo, abaixo-assinados, exposições, resistência às ameaças, às manobras e pressões das autoridades, ocupação dos baldios para marcarem bem que ninguém os faria recuar, como não recuaram, até à vitória final. Mesmo na última fase da luta, quando já se estava a tratar da demarcação dos baldios e matas, os camponeses tiveram que manter-se bem alerta e de olho vivo porque os S. F. manobravam para os enganar e roubar-lhes grandes áreas de terreno.

A luta vitoriosa dos camponeses de Talhadas é o melhor exemplo para os povos que continuam a combater pela posse dos seus baldios. Os aspectos mais importantes desta experiência são a necessidade de agirem bem unidos, de elegerem uma comissão formada pelos mais sérios e combativos que os represente, mas seja sempre apoiada por todos. Manterem-se bem atentos, sem se deixarem enganar pelas autoridades, cujo objectivo é adiarem enquanto puderem a solução do caso.

E que todos se lembrem que só depois de terem ocupado com decisão os baldios paroquiais é que os camponeses de Talhadas conseguiram obrigar os S. F. a entrar em negociações. Animados por este exemplo, os camponeses que lutam pelos seus baldios conseguirão novas vitórias!

PEQUENOS VINICULTORES DEFENDAMOS OS NOSSOS INTERESSES



Começou no dia 29 de Janeiro a discussão na Assembleia Nacional do projecto de lei sobre o regime de condicionamento de plantio da vinha. Os principais interessados que somos nós, os pequenos e médios viticultores, nem para tal fomos ouvidos, nem os nossos legítimos interesses foram considerados, como é regra e hábito do governo fascista ao serviço dos grandes. Esses sim, os grandes vinicultores têm representantes que falam por eles na tal Assembleia (quando não são eles próprios a fazê-lo) e por detrás dos bastidores manejam poderosas influências e mexem os cordelinhos como muito bem lhes convém.

Pelo jeito que as coisas estão a tomar, a tal lei está a ser cozinhada contra nós, pequenos vinicultores nortenhos, favorecendo particularmente os grandes lavradores da região do Dão e do Ribatejo que verão os seus interesses defendidos; terão subsídios chorudos e continuarão a beneficiar da taxa do vinho, passando ainda a receber uma maior ajuda que lhes permitirá eliminar mais depressa a concorrência dos pequenos produtores.

O arranque compulsivo das videiras americanas, assim como do que eles chamam «plantações ilícitas», isto é, das videiras que não foram manifestadas ou foram plantadas em zonas não autorizadas, é uma ameaça muito directa que temos pela frente.

Também querem tornar obrigatória a «reconversão», em várias regiões, arrancando as videiras existentes para plantação de cepas de casta.

Ora nenhum de nós aceitará que nos arranquem as nossas videiras, nem a obriga-

ção da tal plantação das «de casta» o que nos obrigará a pagar pesadas taxas por cada cepa de videira nova e a ficar por muito tempo sem a receita, para nós vital, do vinho que vamos produzindo.

Nós, os pequenos vinicultores, que temos interesses semelhantes e somos ameaçados igualmente por esta lei, devemos unir-nos todos para fazer chegar ao Governo os nossos protestos contra as medidas que irão apressar a nossa ruína.

Devemos deixar bem claro que ninguém arrancará um só pé de vinha. Não arrancaremos as videiras americanas porque há regiões onde só elas se dão e constituem o único meio de rendimento para muitos de nós. Além disso, não somos nós os culpados de misturas de vinho americano com outros (de resto é muito fácil detectar isso), mas sim alguns intermediários e comerciantes gananciosos. Esses também fabricam «vinho a martelo» com qualquer outra qualidade.

Não estamos contra as reconversões, desde que as cepas de casta sejam fornecidas pelo Estado e pagas por ele, e garantida assistência técnica conveniente e necessária para isso. Mas só poderemos aceitar reconversões desde que feitas gradualmente e a longo prazo de modo a não prejudicar nem diminuir a produção actual, porque vivemos do vinho que vamos produzindo e não podemos passar sem essa receita.

Exigimos que sejam abolidas as taxas cobradas pelo plantio de videira nova, reconstituída ou transferida.

Estas e muitas outras reivindicações que temos a fazer devem ser discutidas em cada região, em amplas reuniões e depois apresentadas ao Governo por meio de abaixo-assinados ou telegramas.

Entretanto, se o governo fascista recorrer à violência para arrancar as nossas videiras, devemos responder-lhe com a violência para impedir o seu arranque. Que os lacaios do Governo não se atrevam a entrar nas nossas terras! Serão eles os responsáveis por tudo o que lhes acontecer!

Rádio Portugal Livre

Transmite diariamente:

Das 8 às 8,30 horas em 19, 20, 20,8 e 25 metros.

Das 19 às 21 horas em 19 e 25 metros.

Da meia noite e 20 à meia noite e 50 minutos em 25, 26, 32 e 36 metros.

Aos domingos transmite ainda das 13 às 15,30 horas em 19, 20, 25 e 26 metros.

ENGORDAM OS MONOPÓLIOS, EMPOBRECE O CAMPONÊS

A subida do preço dos adubos decretada em Janeiro foi uma marretada aplicada à mão na pequena lavoura, mais um forte empurrão do Governo para acabar de afundá-la. Diz o Governo que os actuais aumentos são de 20 a 28%. Mas como está já anunciado para Julho um «regime de preços livres», começou desde agora uma desenfreada especulação, o açambarcamento pelos grandes armazenistas e pelos Grémios, e reduções enormes na produção pela parte dos monopólios fabricantes de adubos, mais interessados em lançá-los no mercado quando chegar a altura dos tais «preços livres». A prova é que os pequenos agricultores já estão a braços com dificuldades enormes em conseguir comprar os adubos de que necessitam para as culturas desta época, pois não os encontram aos preços tabelados.

Se os preços agora decretados já são incomportáveis para os pequenos agricultores, os que passarão a vigorar a partir de Julho, segundo der na real gana da grande indústria monopolista dos adubos, esses então serão preços ruinosos para a pequena e média lavoura.

Com estes aumentos dos adubos têm os camponeses o melhor exemplo prático (porque o sentem na sua bolsa) daquilo que tantas vezes temos afirmado: o Governo fascista é o serventário dos monopólios, defensor dos seus interesses contra todas as camadas não monopolistas da Nação. O Estado e todo o seu aparelho (polícia, exército, tribunais, organização administrativa e corporativa) são os cães de guarda dos monopólios para que estes se encham e inchem o mais possível à custa da exploração dos operários e dos camponeses.

A CUP, o grande monopólio dos adubos, tem lucros anuais que sobem muito para cima dos 50 mil contos. O Amoníaco Português, outra grande empresa de adubos, está ligada à CUP, assim como a União Fabril do Azoto e os Nitratos de Portugal que são uma espécie de filhos de um casamento da CUP com a SACOR. Por exemplo, a União Fabril do Azoto que produz adubos azotados dos

que agora subiram vertiginosamente, só nos quatro anos que vão de 1968 a 1971 teve mais de 25 mil contos de lucros. No mesmo período, teve cerca de 25.500 contos de lucros a empresa Nitratos de Portugal. Os adubos cálcicos que aumentaram grandemente, são produzidos também pela Companhia Portuguesa de Fornos Eléctricos que, nos quatro anos acima referidos, teve mais de 24 mil contos de lucros. E quando se fala destes lucros citamos os «confessados» por essas empresas, pois os lucros reais serão muito maiores.

Como vemos, estes monopólios entrelaçados e unidos nos seus interesses, que auferem lucros formidáveis, decidiram aumentar o preço dos adubos e o Governo sem lacaio obedeceu aos seus desejos, sem se importar de acelerar com isso a ruína dos camponeses, a diminuição da produção agrícola, a crise da agricultura.

A luta contra o poder dos monopólios, um dos objectivos do Movimento Democrático, é pois uma luta em que estão vitalmente interessadas as camadas camponesas que cada vez mais se arruinam e empobrecem para que engordem os monopólios.

CAMPONESES DE VOUZELA EXIGEM INDEMNIZAÇÕES

Na região de Vouzela começaram a adoecer e morrer muitas vacas que os pequenos lavradores tinham sido obrigados a levar à vacina contra a tuberculose, por força de um decreto de 1953. Mas esse decreto prevê que em caso de morte dos animais, em consequência da vacina, os seus donos sejam indemnizados. Ora, até há pouco estes ainda nada receberam. Um grupo de camponeses resolveu apresentar as suas reivindicações ao Subsecretário de Estado da Agricultura, exigindo o pagamento integral de todos os animais que morreram e de todos os outros prejuízos sofridos. Recusam-se a levar outros animais à vacina, nem cederão às pressões oficiais nesse sentido, enquanto não receberem as justas indemnizações que reclamam.

FIM ÀS CRIMINOSAS GUERRAS COLONIAIS

Há já 13 anos que duram as guerras coloniais; guerras criminosas que o governo fascista mantém para subjugar a ferro e fogo os povos africanos que lutam pela sua independência. Desde 4 de Fevereiro de 1961 (data do início da guerra em Angola) até agora, morreram já mais de uma dezena de milhar de soldados portugueses, andam à volta de 30000 os mutilados graves e inválidos de guerra e nem se pode calcular o número dos que ficaram com perturbações físicas e mentais, impossibilitados de fazer a sua vida normal.

Os filhos do nosso povo, os jovens que tanta falta fazem às suas famílias e à nossa terra, são mandados pelo governo matar os jovens de Angola, Guiné-Bissau e Moçambique que lutam porque querem viver livres da exploração dos colonialistas; na sua terra libertada. Os nossos filhos vão matar e vão morrer para defender os lucros e os interesses dos colonialistas e monopolistas portugueses e estrangeiros, aqueles mesmos

que em Portugal nos exploram e condenam à ruína e à miséria.

Nestes 13 anos foram dispendidos com estas guerras cerca de 120 milhões de contos — dinheiro tirado a todos nós e que tão útil seria se fosse empregue em benefício do povo, em gastos produtivos. Bem diferente seria a situação da agricultura e dos camponeses de Portugal se somente uma pequena parcela desse dinheiro fosse utilizada para o desenvolvimento agrícola, para a melhoria do bem estar, cultura e saúde das populações rurais.

Os tremendos gastos improdutivos com as guerras reflectem-se directamente na brutal subida do custo de vida que se está a tornar insuportável, com todos os preços a aumentarem de dia para dia, tornando impossível a vida dos trabalhadores da cidade e do campo.

As guerras coloniais arruinam o povo português! Exijamos o regresso dos nossos soldados, o fim destas guerras criminosas!

CONTRA OS AUMENTOS DAS QUOTAS PARA AS CASAS DO POVO

Nalgumas das principais terras do Alentejo os assalariados rurais vêm desenvolvendo uma grande campanha contra o aumento das quotizações para as Casas do Povo. Foi dirigido a Marcelo Caetano um abaixo-assinado reclamando que as quotas não sejam aumentadas. Nesse abaixo-assinado, os trabalhadores agrícolas alentejanos desmascaram: «As enormes deficiências da Previdência aos trabalhadores rurais, nomeadamente no que diz respeito à baixa qualidade da assistência médica, à não gratuidade dos medicamentos, à manifesta insuficiência dos subsídios de doença, maternidade, abono de família e reforma (este último concedido apenas aos 70 anos, idade que a maioria dos trabalhadores não atinge)».

Também no Alentejo, no mês de Dezembro, tinha sido amplamente espalhado um manifesto assinado por «Um grupo de trabalhadores rurais» que apelava: «Nós devemos recusar-nos a pagar o aumento previsto para Janeiro. Que paguem os grandes agrários e

os capitalistas, deve ser a nossa resposta».

Esta luta dos assalariados agrícolas do Alentejo contra o aumento das quotas para as Casas do Povo é um bom exemplo para os camponeses do Norte que, nalgumas regiões, já vinham opondo viva resistência à criação de novas Casas do Povo e ao pagamento das quotas. Lembremos, entre outros casos passados nas Boiras, a reunião de mais de meia centena de camponeses do concelho de Estarreja, em Fevereiro do ano passado, em que os participantes decidiram manifestar o seu descontentamento pela criação da Casa do Povo (alegando a sua inutilidade) e ao mesmo tempo decidiram não contribuir para tal organismo.

É do interesse dos camponeses do Norte exigir que, onde elas existam, as Casas do Povo lhes prestem a assistência e os serviços que o Governo demagogicamente apregoa; e ao mesmo tempo devam negar-se a pagar o aumento das quotas, organizando abaixo-assinados e protestos colectivos.